



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2012.0000017446

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0454489-73.2010.8.26.0000, da Comarca de São Paulo, em que é apelante BRADESCO SEGUROS S/A sendo apelados WILLIANS RIBEIRO PINHEIRO (JUSTIÇA GRATUITA) e ANA PAULA DA SILVA ALEIXO (JUSTIÇA GRATUITA).

ACORDAM, em 33ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores CARLOS NUNES (Presidente sem voto), SÁ MOREIRA DE OLIVEIRA E EROS PICELI.

São Paulo, 30 de janeiro de 2012.

Mario A. Silveira
RELATOR
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Apelação Cível c/ revisão nº 0454489-73.2010.8.26.0000 – São Paulo

Apelante: Bradesco Seguros S/A

Apelados: Willians Ribeiro Pinheiro, Ana Paula da Silva Aleixo e Reinaldo
Carvalho dos Santos Ferreira

TJSP – 33ª Câmara de Direito Privado

(Voto nº 16.524)

APELAÇÃO CÍVEL – Acidente de trânsito. Responsabilidade civil. Transporte de passageiros (coletivo). Vítima menor passageiro que vem a óbito. Reparação que se impõe. Litisdenúnciação à seguradora. Seguradora que interpõe apelação contra a sentença que julgou parcialmente procedente a lide secundária. Dano moral configurado. morte de ente querido (filho). Relação jurídica que existe entre seguradora e segurado (beneficiário) que não impede a percepção do seguro diretamente pelas vítimas. Incidência dos princípios da celeridade e efetividade. Sentença mantida com observação.

Apelação não provida.

Trata-se de apelação (fls. 287/295) interposta por Bradesco Seguros S/A contra a sentença (fls. 265/267), integrada por embargos de declaração (fls. 283/284) proferida pela MMª. Juíza de Direito da 1ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro, na Comarca da Capital que julgou parcialmente procedente os pedidos formulados na ação principal ajuizada por Willians Ribeiro Pinheiro e Ana Paula da Silva Aleixo contra Reinaldo Carvalho dos Santos e parcialmente procedentes os pedidos formulados na lide secundária (litisdenúnciação) ajuizada por Reinaldo Carvalho dos Santos contra Bradesco Seguros



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

S/A. Inconformada a litisdenunciada apela. Suscita ilegitimidade ativa do réu Reinaldo para promover a litisdenúnciação. Aduz a inexistência de relação jurídica. Caso se entenda pela possibilidade da denúnciação, seja a responsabilidade da seguradora fixada em forma de reembolso. Objetiva a redução da quantificação dos danos morais e a distribuição equitativa das verbas de sucumbência. Requer a reforma do julgado. Postula o provimento do apelo.

Os autores Willians Ribeiro Pinheiro e Ana Paula da Silva Aleixo (fls. 27) e o réu Reinaldo Carvalho dos Santos Ferreira (fls. 105 verso) são beneficiários da justiça gratuita e não se tem notícia tenha essa situação sido alterada.

Por r. decisão do d. magistrado *a quo* foi acolhida a litisdenúnciação da Bradesco Seguros S/A e convertido o rito de sumário para ordinário (fls. 105 e verso).

As contrarrazões foram apresentadas pelos autores da ação principal Willians Ribeiro Pinheiro e Ana Paula da Silva Aleixo (fls. 322/327). Postulam a manutenção da sentença e pugnam pelo não provimento do apelo.

É o relatório.

No tocante às fls. 332/334 cabe salientar que há cobertura na apólice por danos morais que é analisado no mérito do acórdão.

Quanto a petição de fls. 364/365, o relatado não possui o condão de excluir o autor do pólo ativo da lide.

A questão devolvida à reapreciação recursal



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

cinge-se à litisdenunciação. A irresignação da litisdenunciada, contudo, não vinga.

A r. sentença da d. magistrada de primeiro grau, Dra. Cláudia Longobardi Campana, para melhor compreensão e deslinde da controvérsia é transcrita, conforme excerto a seguir: *O documento de fls. 63 demonstra que o seguro está no nome da Coperpan. No B.O. consta que o proprietário é o réu.*

O extrato do veículo está a fls. 247 e 248. Consta como proprietário o co-réu Reinaldo.

Afasto a ilegitimidade passiva. O réu Reinaldo responde pelo fato da coisa como proprietário do veículo, também por danos a terceiros.

A força maior e o caso fortuito não foram demonstrados.

Consta do procedimento criminal que o motorista foi condenado.

Afasto a ilegitimidade da seguradora que responde porque segurou o veículo independentemente de quem providenciou o seguro se o proprietário ou o segurado.

Pensão alimentícia é indevida porque o menor que faleceu não trabalhava e a expectativa de direito e a possibilidade de vir a fazê-lo não são passíveis de indenização porque somente o dano concreto é passível de ser ressarcido.

Não há prova de dano material.

O dano moral é certo. O falecimento de filho é fato que por si só autoriza o deferimento da indenização em virtude dos laços afetivos que unem pais e filhos que não necessitam ser explicados



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

por sentença judicial, que só os reconhece como maiores. O autor de fato que rompa estes laços de forma culposa é passível de condenação civil. Fixo a indenização considerando a importância e as circunstâncias descritas em (R\$ 200.000,00).

A denunciada que como descrito é parte legítima deve responder, nos termos da apólice com o valor acima determinado, em função do que se obrigou contratualmente.

Posto isso, julgo parcialmente procedente a ação para condenar o réu a pagar aos autores (R\$ 100.000,00) a título de dano moral. A sucumbência é parcial, arcará o réu com 90% custas e despesas processuais e 90% honorários advocatícios que fixo em 10% do valor da condenação.

Posto isso, julgo parcialmente procedente a lide secundária e o faço para que a denunciante, nos limites da apólice, seja condenada ao pagamento do valor acima descrito, comprovando o pagamento nestes autos, diretamente aos autores. A sucumbência é recíproca, cada parte arcará com as custas que dispendeu e com os honorários de seus patronos (fls. 266/267).

Com efeito, frise-se, no que toca à litisdenunciação, não se pode olvidar que o artigo 70, III, do Código de Processo Civil impõe que a denunciação da lide é obrigatória àquele que estiver obrigado, pela lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda.

Não se vislumbra óbice que, na prática, determinada a condenação da litisdenunciada, o valor que venha a ser depositado nos autos seja transferido diretamente em favor das vítimas a serem indenizadas pelo litisdenunciante, até para que se prestigie os



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

princípios da celeridade e efetividade.

A tese da litisdenunciada quanto à ilegitimidade ativa do réu Reinaldo para promover a denunciação da lide ao argumento de que a segurada é a Cooperpan (terceiro) não se sustenta. É que restou incontroverso, nos termos do artigo 334, II e III, do Código de Processo Civil, que o micro-ônibus utilizado para transporte coletivo, objeto do seguro, é de propriedade do réu Reinaldo Carvalho dos Santos Ferreira, tanto assim que da apólice consta a placa do referido veículo (*DAP 1126*) (fls. 152).

A propriedade do micro-ônibus pelo réu Reinaldo Carvalho dos Santos Ferreira está demonstrada no Boletim *de Ocorrências* n.º 000257/2004 (fls. 20) e foi reconhecida por r. decisão interlocutória (fls. 105), sem notícia de que as partes dela tenha se voltado.

Aliás, a própria apelante reconhece a existência do seguro, em que pese alegar ser a Cooperpan a segurada ao afirmar na contestação: *A litisdenunciada Bradesco reconhece a existência de um seguro facultativo de responsabilidade civil, inerente a danos causados pelo veículo Volkswagen Micro ônibus, placa DAP 1128* (fls. 137), conforme apólice juntada (fls. 152).

O fato de figurar na apólice a Cooperpan Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos em Transportes de São Paulo apenas dá conta que esta é a intermediária na contratação do seguro, o que demonstra, no caso, a legitimidade ativa do proprietário do veículo objeto do seguro para promover a litisdenunciação.

Aqui pequenos parênteses: em que pese no curso da lide haver menção da placa do veículo segurado e envolvido



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

no acidente de trânsito ora como *DAP 1126* ora como *DAP 1128*, esclareça-se que nenhuma das partes se voltou contra esta pequena divergência decorrente de mero erro material, que não tem o condão de modificar o curso da lide, restando imperativa a manutenção da condenação imposta na sentença seja em um ou outro caso, até porque o *n.º de chassi (9BWV2RF64YRY10566)* indicado no *Boletim de Ocorrências* (fls. 20) e na *apólice* (fls. 152) conferem.

No mais, a cobertura contratual do seguro em favor de terceiro, no caso, os demandantes, decorre da própria *apólice*, na medida em que para além dos danos materiais e danos corporais, também traz cobertura para danos morais (RCF-V) no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) (fls. 152). Tal *apólice*, ademais, faz menção, dentre outras, às *coberturas por danos materiais e/ou danos corporais a terceiros (RCF-V) e danos morais* (fls. 159).

Nesse contexto, o *Manual do Segurado (Apólice, condições gerais e informações complementares)* dá conta acerca dos danos morais – n.º 56 que, *Com esta cobertura fica ao garantido ao Segurado o reembolso da indenização por danos morais causados a terceiros, pelos quais venha a ser responsável civilmente em sentença transitada em julgado ou em acordo judicial autorizado de modo expresso pela Seguradora, respeitado o limite máximo da indenização estipulado nesta apólice para danos morais e apenas em decorrência de acidente de trânsito com o veículo segurado* (fls. 159).

Como se vê, em última análise a cobertura do seguro se presta inclusive, mas não só, à *indenização por danos morais causados a terceiros*, exatamente como ocorre nos autos.

Destarte, cumpre observar que, uma vez já



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

condenado o réu Reinaldo Carvalho dos Santos Ferreira na lide principal a pagar aos autores R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por danos morais, o valor a este título, *nos limites da apólice*, poderá ser efetivado diretamente pela seguradora às vítimas autoras (da lide principal) em atenção aos princípios da celeridade e efetividade, que se prestará em última análise como reembolso ao segurado na lide secundária, mas sem a condicionante de o segurado pagar às vítimas autoras para depois receber do seguro.

A postulação de redução do *quantum* do dano moral não tem razão de ser, porquanto se tratar de morte de ente querido (filho) vítima de acidente de trânsito e dentro do patamar contratual da apólice de seguro.

Em razão da manutenção da r. sentença, ainda que com observação, e considerada a procedência parcial da lide secundária, fica mantida a sucumbência fixada até porque em consonância com o que dispõe o artigo 21, do Código de Processo Civil.

Posto isto, nega-se provimento à apelação, com observação.

Mario A. Silveira
Relator